NOTA TÉCNICA N.º 002/2017/CGMP, DE 10 DE JULHO DE 2017

Dispõe sobre os limites constitucionais e legais para a decretação de sigilo de investigação cível ou criminal, para a decretação do sigilo apenas de determinados atos e/ou documentos durante a investigação e para a decretação de sigilo da fonte, sempre por meio de decisões fundamentadas.

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício de suas atribuições previstas no artigo 47 e seguintes da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas (LC n.º 011/1993) expede a presente Nota Técnica, com o seguinte conteúdo:

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A publicidade dos atos processuais é uma garantia importante para o cidadão, na medida em que permite o controle dos atos praticados, no âmbito da Administração Pública, por qualquer indivíduo integrante da sociedade. Ela está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 5º, dedicado às garantias individuais, e também tem previsão legal no Código de Processo Civil (art. 189, NCPC), no Código de Processo Penal (art. 20, CPP) e em leis extravagantes que tratam da lavagem de dinheiro, da proteção às testemunhas ameaçadas e do crime organizado, dispositivos legais esses não revogados pela Lei de Acesso à Informação.¹

Desse modo, a regra é a publicidade do processo, sendo este acessível a todos, aí incluído o direito de consultar os autos, de assistir audiências e de pedir certidões, a liberação de um processo para que o cidadão o consulte, ou mesmo tire cópias. É a publicidade imediata, nos termos do artigo 93, IX, da Constituição da República de 1988.

A importância da publicidade é tão grande que o ordenamento brasileiro considera nulos os atos realizados sem a observância dessa garantia processual, com exceção das hipóteses de sigilo legalmente permitidas (Constituição Federal, artigo 93, IX, e Código de Processo Civil, artigo 155).

¹Ao enfrentar o tema, o ministro Arnaldo Esteves Lima, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), destacou que “A publicidade gera a oportunidade não só de conhecimento, mas, sobretudo, de controle, na forma legal, de decisões, o que é inerente ao processo legal e à própria essência do Estado de Direito, pois se trata de serviço público, vale dizer, para o público, primordial”.

Todavia, existem situações em que o sigilo interessa ao próprio cidadão, para resguardar-lhe aspectos muito importantes, nos quais a publicidade poderia ferir sua intimidade. O segredo de Justiça no processo judicial ou o sigilo da investigação, cível ou criminal, são decretados justamente nessas situações, em que o interesse de possibilitar informações a todos cede diante de um interesse público maior ou privado, em circunstâncias excepcionais.

Assim, excepcionalmente o processo pode correr em regime de publicidade especial ou o popular “segredo de justiça”, sendo restrito o acesso aos atos processuais às partes e aos seus procuradores (advogados). Noutras palavras a acessibilidade a determinado processo pode ser vedada ao público em geral, como ocorre comumente nos casos que dizem respeito aos menores de idade, ao estado das pessoas, ou ainda, às questões de sexualidade ou intimidade das partes envolvidas.

2. Do Segredo de Justiça e do Sigilo de Investigações

Manter sob sigilo processos judiciais, investigações criminais e civis, que normalmente são públicos, por força de lei ou de decisão judicial, é mecanismo que, segundo o ministro Arnaldo Esteves Lima, **deve ocorrer apenas em casos excepcionais**, quando se questiona, em juízo, matéria que envolva a intimidade das pessoas ou, ainda, nos casos de sigilos de comunicação, fiscais e de dados, conforme prevê a própria Constituição da República (artigos 5º e 93).

Ao ver do ministro, “Em tais casos, justifica-se a publicidade restrita aos atores do processo, considerando-se que, em última análise, preserva-se a própria dignidade das partes envolvidas, pois não seria justo que questões pessoais fossem desnudadas ao grande público. Em síntese, o interesse, aí, é, primordialmente, particular, o que torna válido e, mais do que isso, legítimo aplicar a exceção, que é o sigilo processual, em detrimento da regra, que é quase absoluta, da sua ampla publicidade”, afirma o ministro.

Na essência, o legislador resguarda a intimidade do indivíduo e também a integridade da família. Não se deve levar ao conhecimento público toda a intimidade de um casal que enfrenta uma separação litigiosa e/ou disputa a guarda dos filhos. Esse tipo de demanda tem, geralmente, interesse somente para as partes do processo. Ainda que assim não

seja, eventual interesse de terceiros fica suplantado pela necessidade de preservar a intimidade dos envolvidos.

Na esfera criminal os motivos da decretação do sigilo são geralmente o interesse público, de segurança do Estado e da sociedade, a exemplo da própria garantia do sucesso da investigação, mas podem atender, também, ao interesse privado de preservação do nome e imagem do investigado, face ao princípio da presunção de inocência. Adequa-se, ainda, a procedimentos especiais utilizados em investigações contra organizações criminosas, crimes de lavagem de dinheiro e quando há quebra de sigilos bancário e/ou fiscal que não podem ser expostas. Aplica-se, ainda, ao resguardo de vítimas e testemunhas.

2.1. Das Hipóteses Constitucionais e Legais de Sigilo

2.1.1. Constituição Federal

A Constituição Federal de 1988, ao tratar do direito de informação, faz ressalva expressa aquelas hipóteses cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (art. 5º, XXXIII, CF).

A Constituição consagra, ainda, a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas:

São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (art. 5º, inciso X, da CF)

Por sua vez, a Carta da República assegura, ainda, a presunção de não-culpabilidade:

Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art. 5º, inciso LVII, da CF).

2.1.2. Código de Processo Penal

O Código de Processo Penal, em seu art. 20, não revogado pela Lei de Acesso à informação, assegura o sigilo necessário no inquérito para elucidação do fato ou por força do interesse da sociedade.

A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

2.1.3. Estatuto da Criança e do Adolescente

O ECA veda a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.

Art. 143. É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome. (Redação dada pela Lei nº 10.764, de 12.11.2003).

A expedição de cópia ou certidão de tais atos somente será deferida pela autoridade judiciária competente, se demonstrado o interesse e justificada a finalidade.

2.1.4. Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas

A Lei 9.807/1999, que dispõe sobre a Proteção a Vítimas e Testemunhas, em seu art. 7º, incisos IV e VIII garante a preservação da identidade, imagem, dados pessoais ou do paradeiro de testemunhas protegidas, quando inseridas em programa de proteção, nos moldes do Provita, com o objetivo de assegurar a vida e a integridade física destas

Art. 7º Os programas compreendem, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

(...)

IV - preservação da identidade, imagem e dados pessoais;

(...)

VIII - sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;

2.1.5. Lei de Acesso à Informação

Por sua vez, a Lei n.º 15.527/2011, que dispõe sobre o Acesso à Informação, no seu art. 23, inciso VII, determina que:

São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

2.1.6. Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro

A Lei 9.613/1998, que dispõe sobre os Crimes de Lavagem de Dinheiro, no inciso V do seu art. 10, introduzido pela Lei nº 12.683/2012, impede o sujeito obrigado, detentor da informação sobre uma operação potencialmente suspeita, de revelar a terceiros que registrou um informe junto ao COAF ou ao Banco Central, para prevenção da reciclagem de capitais.

V – deverão atender às requisições formuladas pelo Coaf na periodicidade, forma e condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.

2.1.7. Lei de Combate ao Crime Organizado

O art. 23 da Lei 12.850/2013, que trata da Lei de Combate ao Crime Organizado, dispõe que:

O sigilo da investigação poderá ser decretado pela autoridade judicial competente, para garantia da celeridade e da eficácia das diligências investigatórias, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento.

2.1.8. Novo Código de Processo Civil

No Novo Código de Processo Civil, privilegiando o princípio da instrumentalidade das formas (processo como instrumento para a tutela de direitos), a matéria é regulada a partir do art. 188: “Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.”

E o artigo 189 prescreve especificamente as hipóteses de sigilo de justiça:

Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em sigilo de justiça os processos:

I – em que o exija o interesse público ou social;

II – que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;

III – em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

IV – que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

Isto é, em todas essas hipóteses, o processo tramitará em segredo de justiça, sendo permitido apenas às partes e aos seus advogados a consulta dos autos.

A seguir, o § 1º restringe o direito de consultar os autos, que tramite em segredo de justiça e pedir certidões, às partes e aos seus procuradores:

O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.

E, nos termos do § 2º do mesmo dispositivo, o terceiro que demonstrar interesse jurídico nos autos poderá requerer certidão do dispositivo da sentença, assim como de inventário e de partilha resultante de divórcio:

O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

Ademais, apesar de eventual divergência jurisprudencial quanto ao rol dos processos que tramitam em segredo de justiça (artigo 155 do Código de Processo Civil de 1973), acredita-se que este rol é apenas exemplificativo.

Pode o juiz, de acordo com o caso concreto, determinar o trâmite do processo em segredo de justiça em outros casos, que não os previstos no referido dispositivo. Para o Novo Código de Processo Civil, vale a mesma observação no tocante ao artigo 189.

2.1.9. Estatuto da OAB

Importante ressaltar, que a Lei nº 13.245/2016, modificou o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, dando amplo acesso do advogado aos autos de investigação, inclusive aos que estiverem sob sigilo, devendo apresentar procuração:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º.....

(...)

XIV – examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital;

(...)

XXI – assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente,

de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração:

a) apresentar razões e quesitos;

b) (VETADO).

(...)

§ 10. Nos autos sujeitos a sigilo, deve o advogado apresentar procuração para o exercício dos direitos de que trata o inciso XIV.

§ 11. No caso previsto no inciso XIV, a autoridade competente poderá delimitar o acesso do advogado aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências.

§ 12. A inobservância aos direitos estabelecidos no inciso XIV, o fornecimento incompleto de autos ou o fornecimento de autos em que houve a retirada de peças já incluídas no caderno investigativo implicará responsabilização criminal e funcional por abuso de autoridade do responsável que impedir o acesso do advogado com o intuito de prejudicar o exercício da defesa, sem prejuízo do direito subjetivo do advogado de requerer acesso aos autos ao juiz competente.” (NR).

3. Da colisão de princípios (Direito à Informação/Dever de Publicidade e Transparência) com o Sigilo Legal e a ponderação de interesses

Sempre que operações são deflagradas, surge uma inevitável tensão entre o direito ao sigilo e o direito à informação. Esta tensão é ainda mais aguda quando, essas operações, envolvem diligências policiais de buscas domiciliares e prisões cautelares.

Segundo o artigo 20 do CPP: “A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade”.

São duas as razões para a decretação de sigilo sobre investigações em andamento: a primeira delas é o interesse da própria apuração. Em segundo lugar, o sigilo protege a presunção de inocência daqueles que são ainda meros investigados, direito cuja garantia primeira é o sigilo, ao menos na fase primária da persecução criminal.

De fato, o artigo 5º, inciso X, da Constituição, diz que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”, e o inciso LVII do mesmo artigo assevera que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (presunção de não-culpabilidade).

Observe-se que o art. 220, §1º, da CF, dispõe *que* “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”, observado, entre outros, o mencionado inciso X do art. 5º da CF.

Até aqui, vemos que o sigilo de investigações cíveis e criminais é compatível com a Constituição de 1988. E o quadro é o mesmo diante da Lei de Acesso à Informação (LAI), que não revogou o artigo 20 do CPP, que se aplica especificamente a investigação criminal. De fato, diz o art. 22 da Lei 12.527/2011, que suas regras não excluem “as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça”.

De igual modo, o art. 23, inciso VII, da LAI, determina:

São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Resta claro, assim, que a preservação do sigilo legal do inquérito (reforçado, às vezes, por decisão judicial) existe em favor do interesse público da própria elucidação do crime. Porém, deflagrada a ação penal, isto é, uma vez iniciado processo, todo o caso deve tornar-se público, com pleno acesso aos seus elementos e provas.

Em algumas ocasiões, a violação do sigilo de uma investigação criminal é tão grave e pode ter consequências tão funestas que o legislador alçou este tipo de vazamento à condição de crime. É o que se vê, por exemplo, nos artigos 18 e 20 da Lei 12.850/2013 (Lei do Crime Organizado), que regula os meios operacionais para a investigação de organizações criminosas:

Art. 18. Revelar a identidade, fotografar ou filmar o colaborador, sem sua prévia autorização por escrito:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Art. 20. Descumprir determinação de sigilo das investigações que envolvam a ação controlada e a infiltração de agentes:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Em tais casos da LCO, o propósito do sigilo é a proteção da integridade física e da vida do réu colaborador ou do agente infiltrado ou do sucesso dessas operações assim como o êxito de uma ação controlada.

Contudo, a regra de sigilo na LCO está em seu artigo 23, segundo o qual:

O sigilo da investigação poderá ser decretado pela autoridade judicial competente, para garantia da celeridade e da eficácia das diligências investigatórias, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento.

Do mesmo modo, o artigo 7º, incisos IV e VIII, da Lei 9.807/1999 (Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas) garante a preservação da identidade, imagem, dados

pessoais ou do paradeiro de testemunhas protegidas, quando inseridas em programa de proteção, nos moldes do Provita, com o objetivo de assegurar a vida e a integridade física destas. Confira-se:

Art. 7º Os programas compreendem, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

(...)

IV – preservação da identidade, imagem e dados pessoais;

(...)

VIII – sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;

Em investigações de lavagem de dinheiro (*rectius*: no sistema de prevenção), também há regra específica de sigilo (art. 10, inciso V, da Lei 9.613/1998, que impede o sujeito obrigado, detentor da informação sobre uma operação potencialmente suspeita, de revelar a terceiros que registrou um informe junto ao COAF ou ao Banco Central, para prevenção da reciclagem de capitais.

O sigilo da fonte é necessário ao exercício profissional do jornalista (artigo 5º, XIV, CF), enquanto que o sigilo da investigação é fundamental para o sucesso desta e para a proteção da honra e da imagem de pessoas que podem ser inocentes.

Repita-se ainda que tais leis limitadoras do direito à informação são absolutamente constitucionais, porquanto não conflitam com o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição, já transcrito no item anterior.

4. Do Acesso aos Processos e Procedimentos Investigatórios

A aplicação do segredo de Justiça deve ser sempre avaliada com muita prudência pelo magistrado e pelo membro do Ministério Público. Nas investigações, por exemplo, o objetivo é colher provas – regra em inquérito policial – sem a interferência da defesa, uma vez que, nesta fase, ainda não há o contraditório. Entretanto, os advogados tiveram recente modificação no seu Estatuto, dando o direito ao acesso aos inquéritos policiais e civis, inclusive em caso de sigilo.

Ao julgar um recurso em mandado de segurança (RMS n. 28.949) interposto pela E. Ltda. e outro, a ministra aposentada Denise Arruda garantiu aos advogados da empresa o acesso ao inquérito civil instaurado contra eles. Entretanto, a ministra limitou a garantia de acesso aos documentos já disponibilizados nos autos, não possibilitando à defesa o acesso “à

decretação e às vicissitudes da execução de diligências em curso”, assim como alertou que o vazamento de tais informações constituiria crime.²

No julgamento do Recurso Especial n. 656.070, o ministro aposentado Humberto Gomes de Barros definiu que é permitida a vista dos autos em cartório por terceiro que tenha interesse jurídico na causa, desde que o processo não tramite em segredo de Justiça. No caso, o Banco F. Ltda. ajuizou uma ação de busca e apreensão de veículo objeto de alienação fiduciária. Exercida a ação, prepostos do banco foram até o cartório verificar se a medida liminar fora deferida. Entretanto, não tiveram acesso aos autos, sob o argumento de que somente advogados e estagiários inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil poderiam fazê-lo.

Já no julgamento de um recurso em mandado de segurança, o ministro Humberto Martins entendeu que não evidencia restrição à liberdade profissional do advogado a não autorização judicial para o acesso aos autos que corram em segredo de Justiça nos quais ele não figurou como patrono. No caso, o advogado recorreu de decisão que não autorizou o seu pedido de vista, bem como a expedição de certidão da sentença de um processo de separação judicial que tramitou em segredo de Justiça. Ele não era o advogado de nenhuma das partes, e sim de um cidadão interessado no processo.

5. Quebra de sigilo

O segredo de Justiça pode ser retirado quando não mais se justificar, concretamente, a sua manutenção, uma vez que, a partir de determinada fase processual, em lugar da preponderância do interesse particular das partes, sobreleva-se o interesse público da sociedade, que tem direito, em tese, de ficar sabendo do que ocorre naquele processo. “A situação concreta é que permitirá ao juiz da causa fazer tal avaliação e, motivadamente, retirar tal segredo, se for o caso”, afirma o ministro Arnaldo Esteves Lima.

² Em seu voto, a ministra destacou que é direito do advogado, no interesse do cliente envolvido no procedimento investigatório, ter acesso a inquérito instaurado por órgão com competência de polícia judiciária ou pelo Ministério Público, relativamente aos elementos já documentados nos autos que digam respeito ao investigado, e não a dados de outro investigado ou a diligências em curso, dispondo a autoridade de meios legítimos para garantir a eficácia das respectivas diligências. A ministra ressaltou, ainda, que a utilização de material sigiloso, constante de inquérito, para fim diverso da estrita defesa do investigado, constitui crime, na forma da lei.

Ao analisar um agravo de instrumento em ação penal, a ministra Nancy Andrighi destacou que, com a determinação da quebra de sigilo fiscal dos investigados, impõe-se a decretação do segredo de Justiça para a tramitação da ação. No caso, o MPF ofereceu denúncia contra quatro pessoas, entre elas um governador de Estado, tendo a 2ª Vara Federal de Mato Grosso do Sul determinado o segredo de Justiça com fundamento no 1º, da Lei n. 9.296/1996.

Inconformado, o Ministério Público pediu a revogação do segredo, aduzindo que com a edição da LC n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), a matéria discutida deveria ter outro tratamento, adequando-se à iniciativa popular refletida na nova lei.

Em seu voto, a ministra ressaltou que o fato de o denunciado ocupar cargo de natureza política e a edição da Lei Complementar n. 135/2010 não impedem o exercício do direito à informação nem transformam os fundamentos da certidão requerida por interesse particular em interesse coletivo ou geral – tampouco autorizam a quebra do segredo de Justiça.

Em outra ocasião, no STJ, retirou-se o sigilo, em parte, do Inquérito n. 681, que investigava denúncia de desvio de verbas públicas no estado do Amapá, fato esse apurado pela Polícia Federal na “Operação Mãos Limpas”, ao argumento de que o sigilo parcial era necessário para resguardar a atividade de colheita de provas, pois a publicidade das ações poderia prejudicar a apuração do delito e sua respectiva autoria. Com a realização das buscas e apreensões e as prisões, o caso caiu em domínio público e a imprensa havia noticiado fatos com restrição de informações, o que enseja a distorção delas.

Demais disso, havia documentos que não poderiam ser expostos, seja porque ainda não haviam sido concluídas as investigações, seja pela proteção imposta à intimidade dos investigados.

6. Outros casos

No julgamento do Recurso Especial n. 253.058, a Quarta Turma definiu que não fere o segredo de Justiça a notícia da existência de processo contra determinada pessoa, somente se configurando tal vício se houver análise dos fatos, argumentos e provas contidos nos autos da demanda protegida.

No recurso especial o ministro Fernando Gonçalves considerou que, no caso de pessoas públicas, o âmbito de proteção dos direitos da personalidade se vê diminuído, sendo admitida, em tese, a divulgação de informações aptas a formar o juízo crítico dos eleitores sobre o caráter do candidato.

Em outro julgamento, a Terceira Turma admitiu o processamento, em segredo de Justiça, de ações cuja discussão envolva informações comerciais de caráter confidencial e estratégico. No caso, o pedido de sigilo foi deferido no âmbito de ação indenizatória.³

7. Mecanismo de preservação da confidencialidade em caso de fornecimento de cópias à parte ou ao seu advogado

Em junho de 2010, a ministra Nancy Andrighi levou uma proposta ao Conselho de Administração do STJ, com o objetivo de preservar a confidencialidade dos processos sigilosos. A ministra, fazendo referência a uma questão de ordem suscitada na sessão da Corte Especial, realizada em 16 de junho de 2010, relativa a um determinado inquérito de sua relatoria, propôs a edição de uma resolução, pelo Tribunal, regulamentando a extração de cópias reprográficas de processos sigilosos, bem como limitando a disponibilização de cópias por mídia eletrônica.

Naquela ocasião, sugeri que as cópias extraídas de processos sigilosos passem a ser impressas em papel contendo marca-d'água, capaz de lhes identificar e individualizar. A filigrana, a ser reproduzida repetidas vezes ao longo de todo o papel, apontará o advogado que requereu as cópias, mediante indicação do número de seu registro junto à OAB, inclusive com a seccional à qual pertence.

A ministra destacou, ainda, que esse procedimento, infelizmente, não se harmoniza com a disponibilização de cópia digital dos autos, pois, ao menos com os recursos de informática atualmente existentes, não há como impedir que o arquivo venha a ser editado de maneira a suprimir a marca-d'água.

A proposta da ministra Nancy Andrighi foi incorporada ao projeto em andamento no Conselho de Administração.

³ A relatora do recurso, ministra Nancy Andrighi, destacou que dados de caráter estratégico podem causar sérios prejuízos à empresa se chegarem ao conhecimento de terceiros, em especial de concorrentes. “Seja como for, é incontestável que os fatos discutidos neste processo incluem informações de natureza confidencial, conforme consignado no contrato de ‘joint venture’ celebrado entre as partes. Desta forma, nada obsta a inclusão da hipótese dos autos na esfera de proteção conferida pelo artigo 155 do CPC”, afirmou a ministra.

Portanto, há ingente necessidade de regulamentação interna acerca da tramitação de autos sigilosos (físicos ou virtuais), de autuação e tramitação de autos com sigilo de fonte e de extração de cópias de autos sigilosos.

8. Do Sigilo da Fonte

O sigilo da fonte pode ser pedido pela própria parte, sendo submetido ao juízo de valor do presidente da investigação ou por decretação de ofício deste, devendo ser deferido na hipótese do denunciante poder sofrer risco de vida ou risco de receber alguma ameaça de lesão física ou psicológica e, ainda, quando necessário ao exercício profissional (art. 5º, XIV, CF):

É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

Essa análise de deferimento ou não do sigilo da fonte se faz necessária, considerando que tal mecanismo retira o direito constitucional e legal do denunciado de promover a devida responsabilidade penal e civil do denunciante em casos de falsas denúncias ou denúncias por revide.

Conclusões:

1. Diante da ordem jurídica brasileira, pode-se concluir que **não é o juiz ou o promotor quem proíbe** a divulgação de certos fatos no curso de uma operação policial ou de uma investigação civil; **é a lei que proíbe**, pois a divulgação de informações de inquérito criminal ou civil pode inviabilizar o seu resultado prático. Afinal, ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei (art. 5º, II, CF).
2. O sigilo imposto pelo Ministério Público durante uma investigação cível ou criminal serve a **propósitos nobres**, na proteção dos direitos à imagem e à honra e na preservação do interesse público de se concretizar a cabal apuração dos fatos, sem permitir a antecipação de movimentos dos suspeitos, a supressão ou a destruição de provas, a combinação de versões, ou a montagem de álibis que servirão para induzir a erro o membro do Ministério Público e o Juiz. Esta, aliás, é a razão por trás da Súmula Vinculante n. 14, que, ao assegurar ao investigado e ao seu defensor o acesso

aos elementos de prova de uma investigação, ressalva, isto é, protege com sigilo, as diligências ainda em andamento, *in verbis*:

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

3. As decisões que decretarem o sigilo total ou parcial dos procedimentos investigatórios, sejam cíveis, sejam criminais, devem ser devidamente fundamentadas na Constituição da República, nas legislações que tratam da matéria e na devida subsunção lógica do caso concreto às normas vigentes.
4. A utilização do mecanismo de decretação de sigilo parcial ou total das investigações deve observar sua real necessidade, ser racional, se ater às hipóteses constitucionais e legais, verificada sua desnecessidade no curso do procedimento ou processo deve ser requerida sua quebra.
5. O sigilo da fonte requerido pela parte deve passar por um juízo de admissibilidade, devendo ser deferido nas hipóteses de risco de vida, risco ou ameaça à integridade física ou mental, assédio moral no trabalho, dentre outras hipóteses de constrangimento por parte do denunciado e quando necessário ao exercício profissional (jornalista). Nos demais casos, o sigilo da fonte deve ser indeferido, já que o segredo da identidade do denunciante impede a sua responsabilização civil e penal quando a denúncia for vazia, desprovida de fundamento e provas ou por intenções de revide.

Manaus, 14 de julho de 2017.

JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA

Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas